

UHE JIRAU
Rodovia BR-364, km 824 - CEP 76840-000 - Porto Velho – RO - BRASIL.
www.esbr.com.br

ATA DA 14ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Data da reunião: 26/10/2018

Autor: Hidelbrando Junior

Local: Colônia de Pescadores de Guajará Mirim

Assunto: 14º GT Atividade Pesqueira - Ações Plano de Manejo do Pirarucu - Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira da UHE Jirau

1. Abertura

Às 14h do dia 20 de dezembro de 2018, na da sede da Colônia de Pescadores Z2-RO em Guajará Mirim, representantes do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira (SAAP) da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau (Verissimo Neto, Juliana Silva, Vânia Ferreira e Hidelbrando Junior) estiveram reunidos com os representantes dos órgãos membros do Grupo de Trabalho da Atividade Pesqueira: Annye Estral da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura (SFAP), Ricardo Lopes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Emerson Luiz, Cícero Souza e Jacomo Mediate do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Luciano Alves da Secretaria Municipal de Agricultura de Porto Velho (SEMAGRIC), Geronima Melo presidente da Colônia de Pescadores Z2 -RO e integrante do grupo de manejadores de pirarucu, bem como os pescadores que fazem parte do Comitê Gestor de Acordo de Pesca e Manejo do Pirarucu (CAPP), conforme lista de presença.

2. Síntese da Reunião

Gerônima Melo (Colônia Z2-RO) inicia informando a todos os presentes sobre a reunião realizada no dia 30/11/18 com o grupo de manejo no intuito de alinhar assuntos internos do grupo de manejadores, verificando possível desistências por parte dos pescadores integrantes do CAPP. Ressaltou em sua fala a elaboração de uma “carta de desligamento” a qual foi apresentada aos pescadores que participaram do manejo de pirarucu desde o início das atividades e destaca que nenhum integrante assinou o documento, portanto o entendimento que se tem é que todos os presentes na reunião optaram pela continuidade do Plano de Manejo. Oportunamente faz a leitura da ata de reunião realizada com os pescadores, bem com disponibiliza uma cópia às instituições presentes.

Em relação às ações de melhorias a serem implementadas para avanço do Plano de Manejo, informa que foi consensado pelo grupo a necessidade de uma embarcação própria para continuidade das atividades, pois atualmente necessitam fazer a locação de barcos para apoio às atividades do Plano. Destaca que não consultou os pescadores em relação ao tipo de produção que pretendem realizar no âmbito do manejo em seguida questiona os pescadores qual o tipo de produção pretendida: “fresco” ou “salgado”.

Lembra às instituições presentes sobre a solicitação do grupo de pescadores em utilizar a cota remanescente da autorização de despesca do ano de 2018 em 2019, onde aproveitariam a logística de contagem do estoque pesqueiro e na sequência já realizaria a despesca dessa cota remanescente, bem com pede auxílio na obtenção do Selo de Inspeção do pescado, seja ele

UHE JIRAU
Rodovia BR-364, km 824 - CEP 76840-000 - Porto Velho – RO - BRASIL.
www.esbr.com.br

municipal, estadual ou federal.

Emerson Luiz (IBAMA) pergunta os pescadores se alguém não teria alguma consideração a ser acrescentada em relação as atividades do manejo de pirarucu realizado na região no âmbito do SAAP.

Antônio (pescador) ressalta que querem o barco para o grupo de manejo.

Emerson Luiz (IBAMA) fala das reuniões realizadas na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) em 07/11/2018 e na sede do IBAMA em 14/11/2018, ambas em Porto Velho para ponderações em relação a continuidade do Plano de Manejo de Pirarucu realizado em Guajará Mirim, passando a palavra para ESBR tecer as argumentações em relação a proposta de continuidade da atividade, onde se pretende implementar uma estrutura adequada para processamento e transporte do pescado. Questiona ainda aos pescadores se está definido por eles qual será o tipo de produção do manejo, se trabalharão com o pirarucu “fresco” ou “salgado”.

Nesse momento, os pescadores falam que a demanda maior de comercialização em Guajará Mirim é para o pirarucu fresco, por isso esse tipo de produção tem sido maior, mas ainda assim não descartam a possibilidade de trabalhar com o pirarucu salgado em outros momentos.

Verissimo Neto (ESBR) expõe que devido a distância e dificuldade de acesso às áreas de realização da atividade de manejo de pirarucu pressupõe que o processamento do pescado manejado deva ocorrer próximo ao local de pesca, pois dessa forma poderá minimizar a perda do produto beneficiado, uma vez que o produto só é comercializado em Guajará Mirim. Portanto a ideia seria a implementação de uma embarcação com a condições sanitárias necessárias para se realizar o beneficiamento e transporte do pescado até a comercialização deste. Dessa forma, a ESBR está pondo a construção de um barco, no entanto existe a preocupação de não se construir um “elefante branco”, idealizando uma embarcação pequena e com estrutura simples que possa ser gerida pelos próprios pescadores.

Destaca as dificuldades que a ESBR têm enfrentado na busca de orientação e auxílio para obtenção do Selo de Inspeção e que inicialmente buscou-se o município de Guajará Mirim, o qual foi verificado a inexistência de legislação para esse fim e na sequencia buscou-se, apoio dos órgãos de âmbito Estadual e Federal, porém conforme informações obtidas nas respectivas instituições, nenhuma destas apresentam legislação especifica que ateste a sanidade do produto oriundo de atividade artesanal, sendo esta essencial para dar rastreabilidade, ou seja indicar a “origem” do pescado para obtenção da certificação, sugerindo, nesse momento, que a Autorização Ambiental de despesca emitida pela SEDAM possa servir como documento de rastreabilidade da origem do pescado proveniente do manejo.

Ressalta que embora os entraves e dificuldades encontradas até o momento, a ESBR entende que

UHE JIRAU
Rodovia BR-364, km 824 - CEP 76840-000 - Porto Velho – RO - BRASIL.
www.esbr.com.br

é possível realizar a implementação da embarcação adequada para o processamento e transporte do pescado, desde que haja um esforço dos órgãos reguladores para adequação e/ou alteração das legislações vigentes.

Gerônima Melo (Colônia Z2-RO) expõe que os barcos que são utilizados pelos pescadores não atendem as exigências sanitárias para se conseguir uma certificação, dessa forma entende ser necessário uma estrutura adequada, com mesas de inox entre outros equipamentos para que seja possível o licenciamento. Cita ainda que na atual situação é impossível transportar o peixe na forma de “Charuto” (somente esviscerado) com as caixas térmicas que possuem. Pede ainda para que os pescadores presentes se posicionem diante da experiência obtida na venda do pirarucu na forma de “Charuto”, onde houveram perdas do pescado por não estarem em condições adequadas para o consumo.

O pescador conhecido como “Maguila” (CAPP), afirma que é impossível trazer os peixes capturados para ser beneficiado em Guajará Mirim, até porque iria precisar de várias embarcações para transporte do pescado, elevando assim os custos com essa logística.

Verissimo Neto (ESBR) destaca que o projeto do barco atenderá as condições sanitárias exigidas pelos órgãos reguladores, no intuito de obter a certificação para que o grupo de manejo possa lograr maiores resultados na comercialização do pescado.

Ricardo Lopes (MAPA) explana as dificuldades e burocracia para se obter o Selo de Inspeção Federal (SIF), citando a experiência que teve ao longo das atividades realizadas no Terminal Pesqueiro. Cita como exemplo dessa dificuldade a existência de um único frigorífico de pescado sifado no estado de Rondônia, indicando ser o Zaltana localizado no município de Ariquemes. Sugere, portanto, que se busque a obtenção do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) ou o SIE (Serviço de Inspeção Estadual), pois de acordo com o seu entendimento a obtenção do SIF será muito difícil.

Verissimo Neto (ESBR) reforça que o município de Guajará Mirim não possui legislação específica para regulamentação do SIM, sendo este o primeiro caminho tomado pela equipe técnica do SAAP, porém sem sucesso e/ou avanço na tratativa.

Jacomo Mediate (IBAMA) expõe que de acordo com seu entendimento a Autorização Ambiental que licencia atividade de manejo de pirarucu pode sim ser utilizada para comprovar a origem do pescado e este pode ser um caminho a ser seguido, porém é necessário levar o tema para ser discutido na Câmara Técnica.

Annye Estral (MAPA/SEAP) lembra que já participou de várias reuniões onde foram discutidas essa questão da rastreabilidade do pescado proveniente da pesca artesanal e sugere que o tema seja levado para discussão no Ministério Público para que seja definido essa questão.

Emerson Luiz (IBAMA) fala da importância de se ter essa definição em relação a comprovação da

UHE JIRAU
Rodovia BR-364, km 824 - CEP 76840-000 - Porto Velho – RO - BRASIL.
www.esbr.com.br

origem do pescado, sugerindo uma reunião com a SEDAM e a nova gestão de governo, para que seja definida de uma vez essa questão. Também ressalta a importância de se realizar um plano de negócio para verificar a viabilidade da implementação do barco.

Luciano Alves (SEMAGRIC/PVH) coloca que a implementação do barco pode gerar um grande problema para os pescadores, pois possivelmente não seja certificada devido a grande burocracia que se tem para obtenção desse licenciamento.

Veríssimo Neto (ESBR) solicita que sejam indicadas quais são as dificuldades, para que seja possível buscar/criar soluções de resolver esses entraves, pois concorda que o processo pode ser difícil, porém entende não ser impossível e buscará apoio junto às secretarias e órgãos pertinentes.

Ricardo Lopes (MAPA/SEAP) sugere que os pescadores participem da construção do protótipo da embarcação.

Veríssimo Neto (ESBR) indica está de acordo com a sugestão de envolver os pescadores na construção do esboço do projeto da embarcação.

Emerson Luiz (IBAMA) ao final cita os encaminhamentos da reunião, sendo:

- A ESBR irá articular uma agenda com a nova gestão do governo para tratativas em relação a origem e certificação do pescado proveniente da pesca artesanal;
- O IBAMA fará a articulação de uma reunião do Grupo Apoio Social (GAS) aos pescadores para 2ª quinzena de fevereiro de 2019, onde a ESBR fará a apresentação do esboço do projeto da embarcação.

Sem mais considerações a reunião foi encerrada às 15h:30min.